

A “Bibliothèque de la Compagnie de Jésus” de Carlos Sommervogel e a historiografia da Companhia de Jesus

Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
Unisinós, São Leopoldo, RS
lmrodrigues@unisinós.br

Resumo

O começo da escritura da História da Companhia de Jesus pode ser fixado com o “*Sumario de las cosas más notables que a la institución y progreso de la Compañía de Jesus tocan*” (1548), de Juan de Polanco, secretário de Inácio de Loyola por dez anos. É a partir deste núcleo que vão se agregando os elementos que construíram a *Historia Societatis*. Polanco passou da cultura oral à fixação da escrita no contexto da imprensa. Tratava-se de fixar o memorável. Por isso, era importante manifestar as virtudes, o memorável. A “verdade” que desejava conservar era uma espécie de remédio contra o esquecimento. Mas para que se conservasse o imutável, esta escrita se revestiu do antigo. É neste quadro que se compõem a história *magistral*, da *ars historica* e da erudição dos *Monumenta*. Se Polanco registrou e documentou, a geração dos jesuítas que o seguiram, com uma crescente variedade, operou seleções. Não apenas se selecionou a informação, mas também se promoveu uma redução do complexo, visando uma *Historia Societatis* que fundisse o que se devia conservar da história da Companhia com o reconhecimento social da nova Ordem. Como resposta a um postulado da 34ª Congregação Geral, Luís Martín recompôs a História da Companhia seguindo mais em conformidade com a crítica histórica moderna. A “fábrica da história” deste geral visava recompor uma identidade que se fragmentara com a supressão da Ordem em 1773. As críticas que se faziam à Companhia deveriam ser respondidas com argumentos que saíssem das “entranhas do Instituto da Companhia”. Novos desafios se abriram para a escrita histórica da Companhia, a qual se apresentará como corpo exiliado, sempre por voltar. Com os *Monumenta* se cria um grupo de jesuítas cuja missão principal será a de recolher e editar documentos para que outros possam narrar a história. Opera-se, a partir deste momento, um processo de reduplicação dos arquivos, mas restrito *ad intra Societatis*. A partir de 1814, na historiografia da Companhia, inicia um lento mas contínuo deslocamento da história maestra de vida para um híbrido historiográfico entre uma história erudita e exemplar e aquela com viés “científico”. O objetivo deste ensaio é indagar sobre a obra bibliográfica do jesuíta francês Carlos Sommervogel, especialmente da sua *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, como parte integrante deste processo de escritura historiográfica jesuítica pós 1814. Publicada entre os anos 1890-1932, a *Bibliothèque* é referência obrigatória para qualquer investigação sobre as atividades histórico-literárias dos jesuítas. A obra deste historiador-recompilador nos permite penetrar num vasto corpus literário, fruto da gigantesca atividade historiográfica jesuítica e perceber a “écriture de l’histoire” da Companhia, que é também “escrita jesuíta” da história.

1. Início da historiografia na Companhia de Jesus

Por ocasião do processo de canonização de Inácio de Loyola¹, o Geral Francisco de Borja (1510-1572) escreveu ao P. Jerónimo Nadal (1507-1580), então na Espanha, para que ele lhe enviasse os escritos que conservara dos companheiros de Inácio sobre a vida do fundador da Companhia de Jesus. Entre os documentos que foram apresentados ao Papa Paulo V, encontrava-se o *Summarium hispanum de origine et progressu Societatis Iesu auctore P. Ioanne de Polanco (1548)* (FN I, 1943, 153-156). Juan Alfonso de Polanco (1527-1576) tinha sido secretário de Inácio de Loyola por quase dez anos. Ajudou Inácio na redação das Constituições da Companhia e foi também o seu tradutor para o latim. Para alguns estudiosos, a escrita de Polanco pode ser considerada como o começo da escritura da história da Companhia. É verdade, porém, que o *Summarium*, mais do que um início em sentido cronológico, atesta a formação de um núcleo catalizador das várias formas de escrever sobre a Companhia, a partir do qual a história da Companhia começa a se formar, sempre tendo em conta diferentes percepções e modos de fazer história (CHINCHILLA, MENDIOLA, MORALES, 2014, 15-16).

A origem do *Summarium* está na carta que Polanco escreveu a Laínez em 21 de maio de 1547. Como secretário da Companhia, Polanco pedia que Laínez lhe escrevesse quanto recordasse sobre Inácio e sobre a expansão da Companhia (Ignat. Epist. I, 1903, 520). Foi neste movimento de coleta de informações sobre a vida de Inácio e sobre os primeiros tempos da Companhia que Polanco possibilitou à história da Companhia a passagem da cultura oral à escrita da memória, já no contexto da difusão de textos impressos.

De Bolonha, em 16 de junho de 1547, Laínez respondia a Polanco que

En quanto la memoria nos sirviere, fiel y sencillamente diremos en pocas palabras lo que ocurriere en lo que toca a las cosas de nuestro P. Maestro Ignacio, refiriendo lo que por edificación nuestra o de otros presentes, a tiempo y lugar le habremos oído decir y de sus palabras colegido. En lo demás que toca a los principios de la Compañía,

¹ Foi canonizado a 12 de março de 1622 pelo Papa Gregório XV.

hablando como testigos, parte de oídas, parte de vista; y en lo uno y en lo otro refiriéndome a la verdad y al buen juicio...(FN I, 1943, 70).

Aquilo que Polanco pedira a Laínez era que fizesse uma memória escrita, porque

Parecía también ser deuda que a la virtud se debe, manifestarla a los que no la hubiesen conocido, y no consentir que la memoria della muriese junto con los que ahora viven, que fueron a la bondad divina instrumentos de instituir y fundar esta santa Compañía (FN I, 1943, 153).

Para Polanco, seria suficiente a narração fiel das coisas e ordem delas, deixando *el cuidado de limarlas y pulirlas a quien el tiempo y habilidad más para ello sirve* (FN I, 1943, 154). Tratava-se de uma “dívida devida à virtude”. Assim, para que não morresse a “memória” daquilo que se desejava recordar, junto com aqueles que ainda viviam, era necessário recordar também com um processo de “esquecimento” do que não fosse voltado ao propósito fixado no *Summarium*, uma vez que o objetivo era a edificação tanto para os da Companhia quanto para os de fora dela. Por isso, escreveria *no todas sino algunas de las cosas más necesarias al propuesto diseño* (FN I, 1943, 154). Esta escrita estava intrinsecamente ligada à edificação e à consolidação da virtude. Mas se a história deveria ser imutável, uma vez que deveria ser a apresentação dos fatos verdadeiros, ordenada à exemplaridade para os que viviam no presente, com as roupas do passado, então, a escrita que Polanco propunha se inseria na longa tradição dos clássicos do passado de uma história *magistra*, da *ars* histórica e da erudição dos *Monumenta* (CHINCHILLA, MENDIOLA, MORALES, 2014, 16).

Pedro de Ribadeneira (1526-1611), no prólogo da *Vita Ignatii Loyolae* fazia das indicações de Polanco a sua primeira regra como historiador:

Y porque la primera regla de la buena historia es que se guarde verdad en ella, ante todas cosas protesto que no diré aquí cosas inciertas o dudosas, sino muy sabidas y averiguadas. Contaré lo que yo mismo oí, vi, y toqué con las manos en nuestro B. P. Ignacio, a cuyos pechos me crié desde mi niñez y tierna edad [...] dentro y fuera de casa, en la ciudad y fuera de ella, no me apartaba de su lado acompañándole, escribiéndole en todo lo que se ofrecía, notando sus meneos, dichos y hechos, con aprovechamiento de mi anima y particular admiración [...] Por esta tan íntima conversación y familiaridad que yo tuve con nuestro padre, pude ver y notar, no solamente las cosas exteriores y patentes que estaban expuestas a los ojos de muchos, pero también algunas de las secretas, que a pocos se descubrían (FN IV, 1965, 69).

Na busca de coletar os fatos mais notáveis e dignos de serem conservados na memória dos jesuítas, tanto Polanco quanto Laínez e Ribadeneira registraram por escrito e documentaram, o mais preciso possível, a história da vida de Inácio e da fundação e expansão da Companhia, que já circulavam oralmente entre os jesuítas. O que fizeram foi dar início a uma operação de seleção, segundo os critérios historiográficos críticos de sua época. Esta forma de fazer história, ainda segundo os moldes da tradição historiográfica erudita e exemplar, assinalava a passagem entre a tradição oral e das cartas manuscritas ao documento manuscrito impresso, de mais ampla circulação. Aquilo que se retinha como memória pessoal, íntima e privada, passa a servir de memória coletiva e social.

E, diante da abundância de informações imporá aos memorialistas da Companhia a necessidade não apenas da já citada operação de seleção, mas também da redução do complexo e da síntese destas mesmas informações, gerando novas formas de escritura. Esta é a origem dos *marginalia*, uma espécie de guia para o leitor em forma de abecedários marginais. O próprio Polanco já identificara esta necessidade no seu no *prae-fatio* do *Chronicon*. Em primeiro lugar,

5º. Il modo che io pensava tener è questo: prima, nel reveder l'extracto, notar le cose che sono per l'universale historia con segno V, et depoi quelle dela particolare con segno P, et depoi per l'istoria dele persone particolari basterebbe ciò che è al margine, et per alcune cose il segno S: quanto all'observationi il segno O. Et con linee in alcun modo si potrebbe notar al margine ciò ch appartiene ad un o al altro capo (Chronicon I, 1894, 8).

Novamente, é Polanco que nos apresenta como a historiografia da Companhia, nos seus inícios, oscila entre uma escritura particular e uma universal, as quais se abrem ou se fecham à operação de busca de informações, seleção e redução do complexo, segundo os critérios de seleção.

2. Em busca de uma História Geral

O esforço de plasmar a história do passado, de “fixar aos fatos verdadeiros tais como aconteceram”, é inevitavelmente uma operação inadequada face às urgências do presente que a impulsionam e determinam (MORALES, 2014,125). Se a proclamação

da bula de Pio VII, *Sollicitudo omnium ecclesiarum* (1814) implicou para os historiadores jesuítas daquela época, mas também até bem recentemente para os jesuítas do século XX, uma “restauração” da Companhia e uma continuidade com a antiga Companhia, suprimida pelo breve pontifício *Dominus ac Redemptor* (1773) de Clemente XIV, hoje, este termo parece inadequado e até problemático. E aqui se confirma como a “fábrica da história”² de Certeau se ativa novamente. Para os historiadores da Companhia contemporâneos da bula de Pio VII, a Companhia tinha sido “predestinada”, “restabelecida”, “restituída”. E, como não podia deixar de ser, cada um testes termos suscitava ardentes apologias ou ferozes ataques.

O que ficava marcado era a percepção de mudança do tempo histórico, os diferentes viés de compreensão do passado e do futuro. Os jesuítas “restaurados” sentiam-se continuadores de seus antepassados. E, com eles, a proposição do fazer historiográfico chocava-se com as novas semânticas da temporalidade. A história já não se encaixava nos moldes da edificação e da exemplaridade. A semântica da temporalidade da modernidade se apresenta como uma história laica, secularizada no temporal, e muito mais acelerada no seu ritmo.

A modernidade com a sua semântica temporal será caracterizada por uma repetitividade, a qual permite prognosticar o futuro em base ao passado. Todavia, a ideia de um futuro de qualquer forma gestado a partir do passado sofre uma cisão com a revolução francesa. Abrem-se novas semânticas temporais, principalmente quando a filosofia da história começa a se abrir para uma separação entre a modernidade e aquilo que foi o seu passado. A revolução introduz uma nova percepção de futuro fruto do agir político, isto é, introduz a ideia de progresso. O futuro já não é mais uma consequência das experiências do passado num tempo ritmado pelos acontecimentos até o fim do mundo. A força motriz da temporalidade neste modernidade é a ideia de progresso.

Contra a força da histórica enquanto narrativa de uma tradição levanta-se o conceito de história como fazer científico, a “história científica”, com será chamada mais tarde. Se a tradição implica a coexistência do passado no presente, dos vivos entre os morto, o tempo histórico será percebido como o presente enquanto

² CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011; _____. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

continuação do passado. É significativo que em pouco tempo aquilo que caracterizava uma história “exemplar” passar a ser vista como legenda pelos próprios jesuítas, quando introduzem o conceito de *confutabilidade* (MORALES, 2014, 127-128).

Os jesuítas que fizeram a transição da “antiga Companhia” à “Companhia da restauração” estavam dentro desta semântica de tempo histórico. São estes jesuítas que fazem o elo de união entre o tempo presente com os tempos precedentes às perseguições pombalina e borbônica.

Na XXIV Congregação Geral³ (24 de setembro a 5 de dezembro de 1892), Luis Martín García (1846-1906) foi eleito superior geral da Companhia. Os decretos emanados pela congregação ajudam a entender a construção historiográfica jesuítica daquele período.

A província jesuítica da Alemanha apresentou um postulado à Congregação no qual solicitava que um representante das missões, que tivessem entre 40 e 50 jesuítas, pudesse participar na congregação, e o modo de “eleição” seria por “votação”, por “comício”. Tais palavras, para alguns dos congregados gerais soaram como inadmissíveis. Para o recém eleito geral, o postulado se apresentava como uma forma de “modernizar” o Instituto da Companhia, isto é, de perverter a tradição da Companhia. Em suas memórias, Luis Martín se apoiará na autoridade do fundador, no seguir o mesmo espírito e com os mesmos princípios que guiaram a Inácio de Loyola. E, de maneira alguma se deveria deixar seduzir pelos “comícios”. O único “comício” possível seria aquele para a eleição dos gerais. Para ele, as demais classes de “comícios” eram contrárias ao espírito do Instituto e, portanto, deveriam ser recusados (EGUILLOR, REVUELTA, SANZ DE DIEGO, I, 1988, 298ss.). Luis Martín, assim como muitos outros padres congregados, estava solidamente ancorado no passado da Companhia. Apesar de haver vozes contrastantes na congregação, o postulado foi rejeitado e somente na Congregação Geral XXXI (1935-1966) foi aprovado.

O recurso à autoridade do Instituto, usado pelo Geral Martín, como a fonte de inspiração perene e legislação, mostra como o “novo” só poderia ser consentido se fosse em linha com o passado. Houve, porém, casos em que o recurso à autoridade do

³ A Congregação Geral equivale aos capítulos nas demais ordens religiosas. Sem uma data fixa, reuniu-se de direito para eleger o Prepósito Geral (ou o Vicário Geral com direito à sucessão); também, sob convocação do geral ou por decisão de uma congregação dos procuradores, para legislar sobre o direito da Companhia e questões referentes à vida dos jesuítas.

passado serviu para dar maior flexibilidade à vivência das regras internas da Companhia (como foi o caso das visitas às províncias).

A determinação do geral Martín na questão da votação do postulado da província alemã nos mostra como o presente deveria ser constantemente confrontado com a tradição passada, sem que implicasse qualquer concessão aos tempos modernos, sob pena de poluir o “espírito” de Companhia. De fato, a argumentação de Martín na Congregação Geral trazia consigo uma metodologia historiográfica indicativa para o presente da Companhia: “descer até as entranhas do Instituto”. E será para concretizar este movimento que durante o generalato de Luis Martín ele promoverá o estabelecimento de uma “fábrica da história”.

Martín fará seu o postulado proposto pelas províncias francesa e veneziana à Congregação Geral, segundo o qual pediam que o novo geral continuasse a historiografia da Companhia, mas em conformidade com a crítica moderna (EGUILLOR, REVUELTA, SANZ DE DIEGO, I, 1988, 298ss.).

Este processo de continuação com a historiografia passada da Companhia visava num primeiro aspecto estabelecer uma linha de continuidade com as chamadas “histórias gerais” da antiga Companhia. A inovação sedava com a condição que o postulado requeria, ou seja, que esta linha de continuidade com as histórias gerais feitas no passado incluísse agora a “crítica moderna”.

O método crítico que Luis Martín denominou de “criticismo” tinha florescido na Alemanha, sobretudo entre os protestantes. Este tinha como enunciado uma história que não fosse partidária, nem protestante, nem católica, mas que buscasse uma objetividade científica, imutável e obrigante (MORALES, 2014, 132). Todavia, havia um perigo: a influência do elemento subjetivo, no caso, o tratamento que o historiador poderia dar ao documento, na construção e aglomeração das suas proposições. Por isso, a invocação de uma história “científica” permitiu a reintrodução do antigo, pois para o historiador católico a verdade, também aquela histórica, era e seria sempre uma verdade teológica.

Michel de Certeau ao descrever a “inversão do pensável” do século XVII (CERTEAU, 2007) contrapõem o estatuto do conforme ao não conforme, do “ortodoxo” e do “errante”. Os princípios que atuam em modo indiferenciado se relativizam e se invertem. Martín Morales propõem aplicar este “olhar invertido” à historiografia jesuítica a longa durada (MORALES, 2014, 133).

Se a historiografia da antiga Companhia proporá uma *História* monolítica da Ordem, o que fica claro é a impossibilidade de construir uma *História geral* da Companhia, pois a cada novo momento histórico emerge uma observação nova, que exigirá uma elaboração inédita de uma distinção que não se necessitava anteriormente.

Este processo historiográfico estabelece uma distinção entre o antes e depois, onde é possível distinguir um passo depois do outro.

Francesco Sacchini (1570-1625), que tinha sido secretário geral da Companhia, foi quem introduziu uma primeira distinção acerca da necessidade de escrever uma *historia simpliciter* contraposta a uma *historia selecta*.

Em 1603, Sachhini foi enviado à casa romana de Sant'Andrea al Quirinale para ajudar o historiador oficial da Companhia, Niccolò Orlandini (1553-1606), que ao morrer, sucedeu no ofício. Depois de ocupar o cargo de secretário da Companhia por seis anos, voltou a se ocupar da *Historia Societatis Iesu* e publicou em 1614 a primeira parte, ainda escrita por Orlandini. Sacchini ainda escreveu e publicou a segunda parte e deixou preparadas a terceira e quarta partes da *Historia*. Tanto estas, quanto a quinta parte foram terminadas e publicadas por outros historiadores da Companhia. Todavia, os muitos jesuítas que retomaram o trabalho de Sacchini, também não o concluíram. Ao longo destas tentativas, várias mãos tentaram reordenar os papéis de Sacchini, tentando reconstruir o que se apresentava como impossível. A dificuldade de continuar uma redação de forma unitária e coerente se arrastou por décadas numa operação historiográfica de juntar e separar os papéis deixados, quase ao infinito. Outro aspecto importante para a impossibilidade desta história geral da Companhia foi a sistemática subdivisão dos temas. A *historia* de Sacchini se estendia e se fragmentava irremediavelmente, com respeito às missões, línguas, espaços e tempos.

Aceitar a fragmentação do relato histórico permitiu aos historiadores jesuítas instalar a necessidade de recompor a sua unidade. Isto obrigou aos historiadores da Companhia, como Joseph de Jouvancy (1643-1719), a começar com uma nova narração. O desafio desta nova narração trazia consigo uma armadilha: a supervalorização das notas e papéis de várias gerações de historiadores que se sucederam, e que Morales chama de “culto do resto” (MORALES, 2014, 135), pelo “culto” daquilo que ficou.

A partir deste momento, a escrita da história institucional da Companhia teria que peneirar entre os papéis e notas dos historiadores passados o que se consideraria como “resto-útil” daquilo que seria o “resto inútil”. Esta seleção se opera através da operação historiográfica que, por sua vez, seleciona, distingue e constrói novos sentidos.

Assim, Jouvancy, ao continuar a obra de seus predecessores, sentiu a necessidade de desbastar a emaranhada selva composta pelas *omne rerum narrandarum*. Desta forma, abrindo-se em capítulos, a narração reencontraria a sua fluidez. Esta fluidez, todavia, não seria aquela cronológica, típica das narrações dos anais, mas por causa da divisão artificial e retórica, permitiria a captação da atenção e a conservação da memória. Desta forma, para Jouvancy, o papel do historiador seria o de estabelecer os nexos, a fim de que as coisas fossem compreensíveis. Este poderia ser um registro semelhante ao do *Chronicon* de Polanco, mas que não é suficiente, pois a lei da cronologia é capaz de emaranhar o “tempo das coisas” com o “tempo do discurso”, como diria De Certeau. E efeito disto seria a produção de novos de sentidos capazes de conjugar até os contrários. Por isso, Jouvancy apela para a necessária perícia do *scriptor* que compõem o corpo da sua narração com as diversas partes. Desta forma é possível individualizar as origens e o porquê das coisas, causas e consequências.

Esta maneira de conceber o fazer historiográfico de Jouvancy segue a concepção de François Boudouin (1520-1573) (BOUDOUIN, 1561), para o qual os conteúdos devem ser organizados de tal maneira que o leitor não se perca nos emaranhados da escritura. Por isso, Jouvancy organiza os seus livros com sinopses, resumos, glosas, a fim de que o leitor pudesse mover-se com facilidade pelas várias matérias tratadas. Morales observa que por detrás desta operação insinua-se a tensão entre a velocidade com a qual o leitor pode alcançar o que busca e a monumentalidade das informações tratadas (MORALES, 2014, 137). Por fim, fiel aos cânones da retórica, para Jouvancy a história da Companhia oferecia a oportunidade para que o leitor pudesse se deleitar ao mesmo tempo que aprendia.

3. A História Definitiva da Companhia

Se a escrita jesuítica da metade do século XVIII se caracterizou pela nostalgia e pela melancolia na coleção do “resto” que denunciava seja as missões perdidas, seja as atrocidades dos ataques à Companhia, a escrita jesuítica nos finais do século XIX, sem deixar completamente as suas características passadas, se organizará agregando outras próprias do momento em que a Companhia se regenera.

O passado será lido com os olhos do presente. Tal anacronismo não deixa de ser também funcional, uma vez que conecta o passado com o presente, apesar da sua crescente complexidade. A história passar então a ser concebida enquanto portadora de uma verdade moralizante com tal força que poderia dar coesão identitária. Na origem desta operação estaria o conceito de “latências do passado” de Aby Warburg (1866-1929) (WARBURG, 2000). A partir deste conceito, a história seria portadora de laços entre aquilo que foi no passado e aquilo que existe no presente, colmando toda a descontinuidade que possa desagregar a identidade de um corpo ou de um indivíduo no presente. E esta função da história se torna ainda mais importante quando se consideram as vicissitudes das expulsões das províncias jesuíticas, da supressão da Companhia e das dificuldades do seu restabelecimento. Este processo implica uma operação de construção. No caso da Companhia, a recomposição da sua identidade implicaria uma seleção de simplificação diante de um mundo cada vez mais complexo. E, como não poderia deixar de ser, esta operação se volta diretamente à ação, uma vez que fica visível de forma clara e estável a sua identidade.

O elemento complicador não está propriamente na História da Companhia, mas reside no subsistema historiográfico, uma vez que a historiografia do século XIX inclui um conceito de verdade científica que se baseia no binômio *verdadeiro/falso*. Não basta mais narrar a verdade, deve-se prová-la enquanto é narrada. Observa-se, então, uma mudança na semântica historiografia do século XVIII, a qual se fundava sobre o binômio *virtude/vício*. O acontecimento passa a ser considerado, e por isso selecionado como tal, a partir da diferenciação entre passado e futuro, a partir da diferenciação das temporalidades.

Quando estas condições existem, o historiador pode selecionar, descrever e historiar. É neste processo que ele pode determinar o que deve permanecer na memória e o que deve ser deixado, fixando novas ligações de causalidades e criando novas interpretações.

É neste sentido que aos historiadores da Companhia se propõem a escrita de uma “história definitiva”. É o caso, por exemplo, da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em 10 volumes, de Serafim Leite (LEITE, 1938-1950) e dos 7 volumes da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* de Francisco Rodrigues (RODRIGUES, 1931-1950).

Este modo de narrar a história torna-se ainda mais importante quando se considera a complexidade e a fragmentação da escritura nos documentos que as devem compor. Uma vez mais, como indicara Sacchini, a história deveria ser *simpliciter*.

Mas a história da Companhia neste período ainda se caracterizará por ser uma história que buscará esclarecer a “verdade moral”, segundo a qual os jesuítas do presente poderiam aprender com as falhas dos jesuítas do passado.

Todavia, esta mudança de paradigma na historiografia jesuítica só foi possível graças ao conhecimento, acesso e disponibilização das fontes sobre a história da Companhia aos próprios historiadores jesuítas. E este trabalho se deve, em parte, à publicação da *Biblioteca da Companhia de Jesus* de Carlos Sommervogel.

4. Carlos Sommervogel e a *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*

Alsaciano, nascido em 1839 (-1902) em Strasbourg (daí o apelido de “Strasbourgeois”, que ele acrescenta à assinatura das suas obras posteriores a 1870), terá Paris como lugar principal da sua vida dedicada aos trabalhos bibliográficos. A sua *opus vitae* será a edição da *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, cujo primeiro volume será impresso em 1890 e o último em 1932, já por obra de um de seus sucessores.

Esta época será um tempo importante para a historiografia da Companhia. Em 1892, a XXIV Congregação Geral, reunida em Loyola, confirma o ofício historiográfico dos jesuítas anteriores e decide que a escritura historiográfica da Companhia deveria ser continuada e que, por tanto, caberia ao Geral recém eleito, Luis Martín, promover a publicação das fontes históricas da Companhia.

A determinação da Congregação Geral será institucionalizada, em 1930, pelo Geral Włodzimierz Ledóchowski (1866-1942), com a fundação em Roma do Instituto Histórico da Companhia de Jesus. Este instituto, além de continuar a

publicar a série dos *Monumenta Historica Societatis Iesu*, depois de 1932, assumiria a publicação de uma revista trimestral dedicada à história da Ordem: o *Archivum Historicum Societatis Iesu*.

O objetivo principal da *Bibliothèque* era fazer um recensão de todas as publicações dos jesuítas desde o início da Ordem até 1900 e sobre tudo o que tinha sido publicado sobre a história da Companhia durante este período. Por isso, a obra de Sommervogel ainda hoje é referência obrigatória para todo o historiador da Companhia de Jesus.

Uma característica muito importante desta *Bibliothèque*, conforme o próprio Strasbourgês escreve no prefácio do primeiro volume é que ela foi composta e publicada num *siècle de la bibliographie par excellence* (SOMMERVOGEL, 1, 1890, 1), que também foi um século de fazer história e, para os jesuítas, de viver no exílio.

Antes da publicação da *Bibliothèque* de Sommervogel, todas as outras bibliografias da Companhia, depois daquela de Ribadeneira até as duas edições da *Bibliothèque* dos irmãos Augustin de Becker (1809-1873) e Alois de Backer (1823-1883), tinham tido por objetivo principal a recensão das publicações e dos manuscritos dos jesuítas. Auguste Carayon (1813-1874) tinha publicado, na metade do século XIX, um outro tipo de bibliografia, com as obras escritas sobre a história da Companhia. O ponto comum destas bibliografias era o grande interesse dos vários autores pelos trabalhos sobre a história das missões da companhia, sobre as fontes documentais, em vista de uma futura história definitiva da Ordem. Em quase todas elas, porém, era visível o objetivo da edificação, do exemplar/modelar, uma vez que se voltavam sobretudo para um público que deveria estar ao interno da própria Ordem. E quando foi destinada ao público em geral, a escritura se tornava apologética.

Um aspecto importante no panorama historiográfico da Companhia no final do XIX século e no início do XX século foi a fundação, cada vez mais numeroso, de revistas editadas pelos jesuítas nos diferentes países. E, além das várias revistas, os jesuítas começaram a imprimir obras intelectuais e de erudição históricas nas suas respectivas províncias.

Neste mesmo tempo, ocorreram muitas mudanças no campo das publicações bibliográficas. A partir de 1810, a publicação de bibliografias passou a ser mais técnica e profissional, e as bibliografias gerais internacionais cederam espaço para



aquelas nacionais, bem mais especializadas com repertórios retrospectivos, mas progressivos. Ao mesmo tempo, acompanhavam a publicação de tratados teóricos sobre a bibliografias.

Tudo isto se tornou, em certa medida, no plano de fundo para o trabalho bibliográfico de Sommervogel.

O que animou Sommervogel a covar a ideia de publicar uma sua bibliografia foram as contínuas lacunas e erros que encontrava nos trabalhos de seus irmãos de Ordem. Animado pelos superiores, sobretudo tendo em visto o mandato que Luis Martín recebera da Congregação Geral quanto à produção de obras históricas sobre a Companhia, Sommervogel deu início a sua obra de coleta e catalogação de obras de jesuítas e sobre a Companhia. O resultado foi uma monumental bibliografia que excedeu o objetivo inicial da história religiosa, uma vez que os jesuítas tinham escrito sobre numeros e diversos domomínios. O trabalho de catalogação, seleção e publicação passou da história à pregação, à filosofia, teologia, à história intelectual, à pedagogia, aos Exercícios Espirituais, às pesquisas científicas, às missões estrangeiras...

Sommervogel aplicou em modo quase exaustivo o trabalho das bibliografias dos jesuítas que lhe precederam, deste os inícios da Ordem (em 1540) até 1900. Elencou minuciosamente os autores e seus respectivos repertórios bibliográficos por ordem alfabética. Isto possibilitou identificar manuscritos até então anônimos ou de autoria incerta, bem como recolher inestimáveis informações sobre as várias edições, inclusive sobre os manuscritos considerados perdidos ou destruídos, durante o período das várias expulsões e da supressão. Catalogou também as várias traduções, lugares de publicação, lista dos anônimos, pseudônimos; fez um índice geográfico por lugar, uma longa tabela geral e metódica, articulada em cinco grandes categorias: teologia, jurisprudência, ciências e artes, letras, geografia e história.

Além disto, Sommervogel completou as informações recolhidas ordenando os documentos relativos à Companhia em forma cronológica e geográfica. O seu repertório bibliográfico que passou a ser considerado como um verdadeiro *monumentum* (DANIELUK, 2006, 177) de informações.

5. Conclusão

O vasto trabalho de Sommervogel, e mais precisamente da edição da sua *Bibliothèque*, constitui o instrumento fundamental e primeiro para as pesquisas históricas dos historiadores da Companhia até os dias de hoje. Com efeito, pela sua dimensão, a *Bibliothèque* ultrapassou largamente todas as coletas bibliográficas anteriores feitas pelos escritores da Ordem. Sommervogel cobriu três séculos e meio da história da Companhia e recenseou praticamente todos os escritores jesuítas deste período. Foram 16224 autores recenseados. Mais ainda, a elaboração do capítulo histórico da *Bibliothèque*, mais tarde completado pelos seus sucessores de Sommervogel, foi um passo importante para o objetivo que ele próprio tinha colocado no prefácio do seu primeiro volume, isto é, que desejava que os (...) *successeurs pourront le continuer, en publiant de nouveaux suppléments : ainsi sera fondée, à l'imitation de l'œuvre Bollandienne, l'œuvre de la Bibliographie de la Compagnie de Jésus* (SOMMERVOGEL, 1, 1890, 6). Neste sentido, seguindo o plano do Geral Luís Martín, da sua *fábrica de história*, a obra de Sommervogel é o elo central da cadeia bibliográfica da Companhia de Jesus. Ela representa, antes de tudo, a continuação com o passado do fazer história na Companhia, é a continuação do trabalho bibliográfico na Ordem, mas, ao mesmo tempo, no seu conjunto, espelha também a fragmentação semântica da escritura história na Companhia. Por outro lado, ela permitiu que gerações posteriores de historiadores jesuítas se abrissem para os critérios da história crítica moderna.

Referências Bibliográficas

Carta de Pater Joannes de Polanco a Patri Jacobo Lainio, Roma, 21 maji 1547. In: Sancti Ignatii de Loyola Societatis Iesu fundatoris epistolae et instructions. I, Madrid, 1903, 519-526. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 22). = **Ignat. Epist. I**, 1903
*Carta de Pater Jacobus Lainius a Patri Joanni Alphonso de Polanco, Bolonia, 16 junii 1547.*In: Fontes Narrativi de Loyola et de Societatis Iesu initiis. Ed. Candidus de Dalmasas [et al.], I, Romae, 1943, 70-144. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 66). = **FN I**, 1943

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHINCHILLA, Pela; MENDIOLA, Alfonso; MORALES, Martín M. (Coords.). *Del Ars Historica a la Monumenta Historica: La historia restaurada*. México: Universidad Iberoamericana, 2014.

DANIELUK, Robert. *La "Bibliothèque" de Carlos Sommervogel : le sommet de l'œuvre bibliographique de la Compagnie de Jésus, 1890-1932*, Roma : Institutum historicum S. I., 2006.

EGUILLOR, J.R.; REVUELTA, M.; SANZ DE DIEGO, R.M. (Eds.). *Memorias del P. Luis Martín*. v. I. Roma: IHSI, 1988.

JOUVANCY, Joseph de. *Historiae Societatis Jesu Pars Quinta*, Tomus Posterior. Rom, 1710.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Porto/Rio de Janeiro: Tipografia Porto Médico/Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.

MORALES, Martín Maria. *La fábrica de la historia: Antonio Astrain*. In: CHINCHILLA, Pela; MENDIOLA, Alfonso; MORALES, Martín M. (Coords.). *Del Ars Historica a la Monumenta Historica: La historia restaurada*. México: Universidad Iberoamericana, 2014.

ORLANDINI, Nicola. *Historiae Societatis Jesu Prima Pars*. Rom, 1615.

POLANCO, Joane Alphonso de. *Vita Ignatii Loiolae et rerum Societatis Jesu historia*. T. I. Matriti, 1894, 8. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 1). =

Chronicon

RIBADENEIRA, Pedro de. *Vita Ignatii Loiolae*. (Nápoles, 1572). In: Fontes Narrativi de Loyola et de Societatis Iesu initiis. Ed. Candidus de Dalmases [et al.], IV, Romae, 1965, 69. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 93). = **FN IV**

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 7 vols. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1931-1950.

SACCHINI, Francesco, *Historiae Societatis Jesu*. Antwerpen/Romae, 1620-1661.

SOMMERVOGEL, Carlos. *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Nouv. Edition, 12 vols. Bruxeles/Paris: Oscar Schepens/Alphonse Picard, 1890-1932.

Summarium hispanum de origine et progressu Societatis Iesu auctore P. Joane Polanco. 1547-1548. In: Fontes Narrativi de Loyola et de Societatis Iesu initiis. Ed. Candidus de Dalmases [et al.], I, Romae, 1943, 153-156. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 66). = **FN I, 1943**

WARBURG, Aby. *Der Bilderatlas MNEMOSYNE*. Hrsg. von Marfred Warnke & Claudia Brink. Berlin, 2000.